**A PERCEPÇÃO DO RISCO SOCIOAMBIENTAL DOS CARRINHEIROS E DO
PODER PÚBLICO NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Sob a orientação dos Professores Dr. José Edmilson de Souza Lima e Dra. Sandra Mara Maciel de Lima.

CURITIBA

2010

AGRADECIMENTOS

A DEUS UNO E TRINO, que é pai, amigo e companheiro de todas as horas.

A Iracema, esposa querida e paciente.

Aos professores Edmilson e Sandra, pela orientação, atenção, dedicação e principalmente pelo incentivo e confiança.

A turma do curso, os quais dividiram as manhãs de sábado, onde novos caminhos foram apresentados, em busca de uma conscientização para um mundo melhor.

Ao MADE que proporcionou uma experiência interdisciplinar.

RESUMO

A presente monografia busca verificar se a percepção dos carrinheiros sobre os riscos socioambientais se aproxima ou se distancia da percepção do poder público na região central de Curitiba. Esse estudo orienta-se pela abordagem qualitativa e utiliza-se de entrevistas realizadas com os carrinheiros e o representante do poder público municipal. Conclui-se que a percepção de risco socioambiental tende a se distanciar da percepção do poder público.

Palavras Chave: Percepção de riscos socioambientais; Carrinheiros; Poder Público.

ABSTRACT

This monograph aims to verify if the perception of the risks recyclers approaches or moves away from the public perception of power in the central region of Curitiba. This study is guided by the qualitative approach and uses interviews with recyclers and representative of municipal government. It is concluded that the perception of socio-environmental risk tends to distance himself from the perception of public power.

Keywords: *Perception of social and environmental risks; recyclers; Public Power.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
1.1	APRESENTAÇÃO.....	07
1.2	JUSTIFICATIVA.....	10
1.3	OBJETIVOS.....	11
1.4	PRESSUPOSTO.....	11
1.5	METODOLOGIA	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	A SOCIEDADE DE RISCO.....	12
2.2	A IRRESPONSABILIDADE ORGANIZADA.....	14
2.3	O ESTADO SEGURANÇA.....	15
2.4	A EXPLOSIVIDADE SOCIAL DO PERIGO.....	16
3	OS ATORES ENVOLVIDOS NA COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA	17
3.1	O PAPEL DO PODER MUNICIPAL DE CURITIBA NA QUESTÃO DOS CARRINHEIROS.....	17
3.1.1	Histórico da Produção e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Curitiba-PR.....	18
3.1.2	Os Serviços Oferecidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba.....	20
3.1.2.1	O Processo de reciclagem.....	20
3.1.2.2	O Programa de Coleta Seletiva	21
3.1.2.3	O Programa “Compra de Lixo”	22
3.1.2.4	O Programa Câmbio Verde.....	23
3.2	OS CARRINHEIROS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA.....	24
3.3	AS COOPERATIVAS DE CARRINHEIROS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA.....	26
3.4	EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA PELA PREFEITURA DA CIDADE DE CURITIBA.....	26
4	PESQUISA DE CAMPO	28

4.1	SÍNTESE DAS ENTREVISTAS DOS CARRINHEIROS.....	30
4.2	SÍNTESE DAS ENTREVISTAS COLETIVAS DOS CARRINHEIROS.....	32
4.3	SÍNTESE DA ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO.....	33
4.4	Análise das Entrevistas dos Carrinheiros.....	34
4.5	Análise da Entrevista do Representante do Poder Público Municipal.....	38
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	44

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1:	LOCALIZAÇÃO DE CURITIBA (REGIÃO CENTRAL).....	19
FIGURA 2:	ATERRO DO CACHIMBA.....	20
FIGURA 3:	TAMBORES DE SEPARAÇÃO.....	21
FIGURA 4:	CARRINHEIRO COLETANDO RESÍDUOS RECICLÁVEIS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA.....	25
FIGURA 5:	CARRINHEIRO E CAMINHÃO DE COLETA DA PREFEITURA..	26
FIGURA 6:	CARRINHEIRO NO TRÂNSITO NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA.....	26

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A sociedade moderna ampliou um dos grandes riscos para a humanidade: a degradação do meio ambiente. Segundo Cavalcanti (2003, p.160) “o esforço visando o progresso material, e mesmo a maneira de satisfação das necessidades básicas do homem de hoje, revelam-se simplesmente insustentáveis”. Sendo a sociedade, reflexo do modelo econômico vigente, onde a busca por bens materiais parece ser o objetivo a ser alcançado, torna-se essencial a reflexão sobre o modelo de sociedade que somos e queremos ser.

Contudo, para Beck (1997, p.234) os “riscos que se podiam calcular na sociedade industrial tornaram-se incalculáveis e imprevisíveis na sociedade de risco” atingindo todas as classes sociais, deixando de ser um risco local e tornando-se um risco global, demonstrando assim que estamos avançando inversamente no modelo de sociedade que desejamos.

Nesse contexto de sociedade de risco, com o grande consumo de produtos, resultando na produção de toneladas de resíduos que poluem o meio ambiente e causam transtornos sociais, como as enchentes ocasionadas por entupimentos de bueiros por exemplo , é que foi realizado o presente estudo. Verifica-se que diversos autores realizaram estudos a respeito do assunto, como Velloso (2005), que relaciona o desenvolvimento do potencial de criação do sujeito, com a discussão sobre o processo de emancipação social de Boaventura (2002) e da autonomia de Castoriadis (1987), para fundamentar a emancipação social dos catadores de lixo de associações de Minas Gerais e Rio de Janeiro, relacionando com as falas de entrevistas com os catadores, a fim de entender sobre as angustias, a visão de mundo, as decepções desses atores sociais, tendo como grande pergunta: Como o desenvolvimento do potencial de criatividade humano pode atuar no processo de emancipação de grupos, de comunidades e da sociedade?

Aproxima-se também de estudos realizados por Bortoli (2009) que associa as habilidades de gestão a uma ação de geração de trabalho e renda, a partir da construção de alternativas socioeconômicas, com foco na autogestão, a autora tem como objetivo relatar uma experiência de intervenção no âmbito da geração de

trabalho e renda, realizada junto a um grupo de catadores de materiais recicláveis do Núcleo Habitacional Santa Bárbara (NHSB), no Município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, entre os anos de 2006 e 2008. Utilizando-se da metodologia qualitativa e quantitativa, o estudo traz informações e a possibilidade de conhecer os sujeitos envolvidos em ações realizadas a partir de um projeto de extensão universitária, dialogando com Paulo Freire e Boa ventura. Os Resultados da pesquisa aconteceram através de oficinas de qualificação, de autonomia, da função social da atividade de coleta e a organização para o trabalho dos catadores e de parcerias com entidades locais a fim de buscar resíduos sólidos para os catadores.

Bosi (2008), por sua vez, salienta sua crítica em torno da autonomia dada aos carrinheiros em outros estudos. O autor discute o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil no período de 1985 a 2005, através de fontes bibliográficas e dados levantados nas cidades de Foz do Iguaçu, Toledo, Guaíra e Marechal Cândido Rondon, localizadas no Oeste do Paraná. Contrariamente às leituras que geralmente mostram o trabalho dos catadores como uma atividade "informal", não subordinada diretamente a patrão ou empresa, as informações levantadas e problematizadas nesta pesquisa indicam que a organização desse trabalho é realizada a partir dos interesses do capital mobilizado na compra, na reciclagem e na comercialização de todo material recolhido por esses catadores. A hipótese aqui desenvolvida sugere que o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil está integrado ao processo acumulação de capital e que a suposta situação de exclusão dos catadores o qualifica para esse tipo de ocupação.

Os registros em revistas e livros acadêmicos têm considerado os catadores como parte de três temas mais amplos, relacionados os debates sobre formas alternativas de geração de renda para trabalhadores excluídos conforme cita Santos, 2002; a construção de novos sujeitos de Bortoli. No campo das ciências humanas e sociais, essas abordagens têm sido predominantes e, não raras vezes, são apresentadas articuladamente a partir de uma visão que percebe o trabalho dos catadores como "marginal" ao processo de acumulação de capital. A realidade dos catadores aqui examinada e discutida ajuda a esclarecer sobre a natureza do seu trabalho. Subordinado, integrado e requerido pelo processo de acumulação de capital, o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações capitalistas de produção. Sua organização acontece determinada pelo capital

envolvido no negócio da reciclagem, “embora a relação social de exploração sobre o trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários. Nesse contexto, a autonomia dos catadores identificada em outros estudos precisaria ser, no mínimo, relativizada” (Bosi, 2008).

Já Carmo (2009) realizou um estudo de caso em três cooperativas de catadores na região central do Rio de Janeiro entre 2002 e 2004. Objetivo central da pesquisa foi auxiliar nas políticas públicas envolvendo catadores, onde a autora identificou os “prós e contras” da questão relacionada ao lixo. Em que, as intervenções públicas devem basear-se. Os resultados foram obtidos através da identificação dos catadores dentro da cadeia de reciclagem, localizado no elo mais frágil da cadeia, além de levantamento do perfil dos catadores.

No bojo deste debate é que a presente pesquisa foi elaborada e tem como foco a região central da cidade de Curitiba, onde há grande quantidade de resíduos, cenário para o crescimento de uma classe de trabalhadores que vivem da coleta e reciclagem desses resíduos. Hoje, os “carrinheiros”, como são conhecidos na região, fortaleceram-se e são fundamentais para a diminuição desses resíduos recicláveis, porém ainda buscam apoio e respeito, por parte do poder público e da sociedade.

Essa profissão, se é que se pode chamar assim, já está presente na sociedade industrial, sendo que os carrinheiros já existiam, mas com pequena evidência. Surgiu mais pela necessidade social que ambiental, como afirma Frei Chico (2002, p.28);

Com as privatizações, a ascensão do capitalismo financeiro, a partir do estado neoliberal, e a ausência de um crescimento econômico que absorvesse a juventude no mercado de trabalho e empregasse os de mais idade, houve necessidade da busca de sobrevivência de quem ficou sem emprego e sem renda. No rastro, cresce a economia informal, surgem novas categorias sociais que, aos poucos, aparecem no cenário das cidades, especialmente as metrópoles, começam a se organizar e a ganhar visibilidade pública.

No entanto, na maioria das vezes, os carrinheiros desconhecem sua importância sócio-ambiental, poucos os reconhecem como sendo trabalhadores que contribuem para diminuição dos resíduos recicláveis e principalmente por fazerem um serviço que é de responsabilidade do poder público, que é manter as ruas limpas. Eles fazem isso sem ganhar nada e ainda são discriminados pela maioria das pessoas que passam por eles diariamente.

1.2 JUSTIFICATIVA

A cidade de Curitiba, como toda grande cidade, enfrenta problemas de excesso de resíduos decorrentes do grande consumo pela sociedade, gerando riscos sócio-ambientais que são diminuídos pela ação dos carrinheiros. Estes se organizaram em cooperativas para ter maior legitimidade e melhorar seus rendimentos, enquanto trabalhadores que contribuem para a sociedade, através do reconhecimento por parte do poder público que não dá a devida importância a estes atores sociais.

O estudo busca refletir sobre a sociedade, seu consumo e modo de vida, resultando em resíduos que poluem todo o planeta, e como os carrinheiros, que muitas vezes estão à margem da sociedade, se utilizam desse consumo exacerbado para gerar renda e contribuir para a diminuição do risco sócio-ambiental, tendo em vista que os resíduos são um dos grandes riscos de degradação ambiental causados pela sociedade moderna afetando o planeta e seus habitantes.

A relação entre o poder público e os carrinheiros também merece reflexão, uma vez que esses atores sociais exercem um papel importante para a sociedade, em contrapartida, buscam reconhecimento por parte desse poder público.

Sendo assim, a pergunta de partida é: a percepção de risco socioambiental dos carrinheiros está próxima ou distante da percepção dos representantes do poder público?

1.3 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Verificar se a percepção de risco socioambiental dos carrinheiros está próxima ou distante da percepção dos representantes do poder público na região central de Curitiba.

Objetivos Específicos:

- 1) Apresentar os programas municipais sobre redução de resíduos;
- 2) Analisar a percepção dos carrinheiros sobre o risco socioambiental;

- 3) Analisar a percepção do poder municipal sobre o risco socioambiental.

1.4 PRESSUPOSTOS

Os carrinheiros condicionam a coleta dos resíduos recicláveis a uma percepção sócioambiental;

1.5 METODOLOGIA

A metodologia desta monografia emerge a partir de diálogos com os autores a serem estudados, e a identificação da complexidade do tema, sendo utilizada a pesquisa qualitativa, muito usada quando atores sociais são objeto de pesquisa. De acordo com Andrade (2008, p.25) “A pesquisa qualitativa pode ser mais adequada quando o objetivo for o alargamento da compreensão sobre questões comportamentais e sociais”. Gil (1999, p.118) cita que “o método qualitativo é importante quando o objetivo é o aprofundamento acerca do comportamento humano”.

As etapas do processo metodológico foram:

- 1) Pesquisa bibliográfica e documental;
- 2) Entrevistas com carrinheiros e representantes do poder público;
- 3) Análise dos dados de acordo com a teoria estudada.

O estudo teórico se deu através de pesquisa bibliográfica e documental, sendo utilizada a teoria de Sociedade de Risco do sociólogo alemão Ulrich Beck (1997). Também foi utilizado Sociedade Sustentável do Clóvis Cavalcanti, a Teoria Social e Ambiente de David Goldblatt, Enrique Leff e sua Ética Ambiental, Bruno Latour e os Objetos com vínculo de risco, Edgar Morin e a Ruptura com a simplificação, a Crise do Ser e do Pensar de Floriani e Knechtel.

Todos os autores citados foram discutidos nos seminários de Epistemologia, Sociedade e Ambiente, realizados junto ao grupo de pesquisa Percepção e desenvolvimento.

A caracterização dos atores sociais dessa monografia foi realizada com o auxílio da pesquisa sobre legislação ambiental cedidas pela Prefeitura Municipal de Curitiba, através da sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Realizou-se entrevista com o Diretor responsável pela coleta de resíduos recicláveis, que representa o poder municipal, o que resultou em autorização para realizar entrevistas com carrinheiros nos parques de reciclagem na região central de Curitiba. Foram realizadas também entrevistas com seis carrinheiros da região e uma entrevista coletiva com um grupo de quatro carrinheiros.

Nas entrevistas foram realizadas perguntas comuns aos carrinheiros e ao diretor, entretanto houve perguntas específicas para ambos.

A quantidade de entrevistados não foi maior devido ao fator tempo, e também pela iniciação do autor como pesquisador. Cabe salientar que a pesquisa qualitativa através da análise de conteúdo das entrevistas pode-se chegar a muitas considerações fazendo com que uma entrevista tenha diversas informações, À luz das teorias estudadas.

Realizadas as entrevistas, foram feitas as análises de conteúdo, inspirada em Bardin (1977), tendo como referência as teorias já citadas, focalizando a percepção do poder público e dos próprios carrinheiros quanto a sua contribuição em relação ao risco socioambiental.

O estudo foi elaborado em cinco etapas: a introdução, com apresentação da pesquisa, onde expõe os objetivos e justificativas, levantando alguns pressupostos além da metodologia utilizada; a fundamentação teórica, onde inicia-se o desenvolvimento da pesquisa, a luz das teorias estudadas, que também será utilizada nas análises das entrevistas; a caracterização dos atores sociais estudados, para melhor compreensão do estudo; a pesquisa de campo, com entrevistas e análises de conteúdo, que pretende provocar reflexões e análises, através da síntese das entrevistas com os atores sociais, considerando a iniciação do pesquisador nesta área de estudos sociais; e finalmente as considerações finais, realizando uma síntese do trabalho, buscando uma resposta ao objetivo enunciado na introdução, através da reflexão e aprendizado que o autor obteve no decorrer da elaboração da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A SOCIEDADE DO RISCO

A sociedade moderna ou sociedade do risco tem sua origem na sociedade

industrial clássica onde “as origens, conseqüências e características do risco mudam” (GOLDBLATT, 1996, p. 233).

Na sociedade industrial, os riscos considerados como perigosos eram os naturais, como tremores de terra, seca, entre outros. Agora são conseqüências das ações humanas, tanto individuais quanto social. De acordo com Goldblatt (1996, p.233):

Os riscos e acidentes passam a estar claramente dependentes das ações tanto dos indivíduos como de forças sociais de âmbito mais vasto, que sejam perigos no trabalho devido às máquinas e venenos, quer os perigos do desemprego e penúria ocasionados pela dinâmica incerta do ciclo econômico e pela transformação da estrutura econômica.

Essa sociedade industrial cria divisões de trabalho, além de novas tecnologias para a produção de novos bens de consumo, interferindo drasticamente no aumento da exploração, tanto de recursos naturais como do próprio ser humano.

Em resposta a esses novos riscos, da sociedade industrial, são criadas instituições e leis que tentam diminuir os seus impactos. Segundo Goldblatt (1996, p.234):

O Estado-previdência pode ser considerado uma resposta coletiva e institucionalizada à natureza dos riscos da indústria, ao basear-se em princípios de atribuição de culpa ou responsabilidade determinada por lei, de compensações legalmente implementadas, de leis de seguros atualizados e de responsabilidade partilhada coletivamente. Na sociedade industrial, a culpa ou responsabilidade pelas ameaças pode ser assegurada confidencialmente e as suas probabilidades em termos estatísticos podem ser calculadas. Isto possibilita a elaboração de programas atualizados e confiáveis acerca do volume e impacto dos riscos, contra os quais possíveis manterem instituições que partilham as responsabilidades coletivas e com capacidade financeira para pagar essas dívidas. O exemplo clássico disto seria a criação de indenizações e apólices de seguros contra acidentes de trabalho e desemprego.

Nesse contexto a sociedade industrial serve de base para o surgimento da sociedade de risco, onde a possibilidade de controlar e responsabilizar os riscos já não existe mais. Beck (1997, p.211) ressalta que:

sob o impacto dos riscos e perigos modernos, estes métodos de determinar e perceber o risco, atribuindo a causa e distribuindo indenizações desapareceram irreversivelmente. Ao fazê-lo, lançaram também a dúvida sobre o funcionamento e a legitimidade das modernas burocracias, estados, economia e ciência. Em comparação com a possibilidade de se decretar a responsabilidade e a causa na modernidade clássica, a sociedade de risco não possui essas certezas ou garantias.

Essas incertezas estão em todas as partes, desde a produção de conhecimento, até no próprio futuro do ser humano. Giddens (1997, p.220) destaca que “não há mais caminhos claros de desenvolvimento conduzindo de um estado de coisas para outro”.

As verdades se modificam e a confiança também, decorrente da complexidade da sociedade moderna, onde sistemas legitimados pela lógica cartesiana e pela econômica vigente, chamadas por Giddens de sistemas peritos, ganham status de conhecedores da verdade. Para Floriani e Knechtel (2003, p.9) “o conhecimento científico é hegemônico nas sociedades de mercado e ao entendê-lo e aplicá-lo como o único válido cumpre o mesmo uma função ideologizadora e legitimadora instrumental”.

A ruptura do saber deixa de lado a complexidade, a visão ampla, para dar lugar a um saber especializado, menos complexo e com visão específica, é considerado uma das causas que geram os sistemas peritos.

A complexidade a qual me refiro é aquela que nos faz refletir e analisar as coisas de uma forma ampla, de diversos olhares, e não apenas um olhar, o que Morin (2005, p.29) compreende ser “a aceitação da confusão pode se tornar um meio de resistir à simplificação mutiladora”.

O sistema vigente, capitalismo, utiliza-se do discurso dos sistemas peritos para legitimar sua lógica de mercado, dando valor a natureza, a cultura e ao próprio ser humano. Leff (2001, p.25) diverge dessa posição, pois “este discurso promete alcançar seu propósito sem uma fundamentação sobre a capacidade do mercado de dar o justo valor”.

Através da globalização as causas que levaram à crise sócio-ambiental tomam uma dimensão gigantesca, devido as novas tecnologias de comunicação, que aceleram esse processo, a individualização excessiva, o modo de produção industrial, o consumo exacerbado que gera produção crônica de lixo. E é nesse contexto que a sociedade de risco esta se potencializando. Cabe-nos aqui uma análise mais detalhada sobre os riscos dessa sociedade moderna para entender melhor como ocorre esse processo.

2.2 A IRRESPONSABILIDADE ORGANIZADA

Dentro do contexto da sociedade moderna, há uma incompatibilidade entre a

natureza dos riscos e perigos produzidos pela sociedade e suas relações de definição que regulam, ou tentam regula-los. Essas relações de definição são as leis, instituições que estruturam e identificam os riscos e perigos, mas que deixaram de atender e diminuir os novos riscos e perigos, isso acontece devido às relações de definições utilizadas para tentar diminuir os impactos estarem ultrapassadas. Goldblatt (1996, p. 241) salienta que:

A explicação para este estado de coisas é a incompatibilidade que existe na sociedade de risco entre a natureza dos riscos e perigos produzidos pelo recente industrialismo e as relações de definição dominantes que datam, em termos de explicação e conteúdo, de uma época anterior e qualitativamente diferente.

Com isso as origens e conseqüências dos riscos e perigos ficam imperceptíveis a sociedade, sendo visível quando a degradação toma grandes proporções, nesse caso as leis e normas ambientais tentam reverter algo que esta quase irreversível. Como explica Goldblatt (1996, p.242), “as sociedades de risco são atormentadas pelo paradoxo de quanto maior for a degradação ambiental, observada e possível, maior é o peso de leis e normas ambientais”.

A degradação ambiental, especificamente o acúmulo de lixo nas grandes cidades pode ser indicado como um dos fatores onde o processo de irresponsabilidade organizada acontece, tanto pela sociedade como pelo poder público. Assim como pela produção crônica de lixo na sociedade moderna, onde o estado com suas instituições e políticas, apesar dos esforços, não conseguem diminuir ou amenizar o impacto ambiental causado por esse lixo.

Nesse contexto os carrinheiros prestam um serviço que seria responsabilidade do Estado, demonstrando assim que somente com as relações que antes eram utilizadas para a diminuição do lixo, onde o Estado é responsável, já não surtem mais efeito, necessitando de uma nova abordagem para o problema.

2.3 O ESTADO SEGURANÇA

O meio pelo qual o Estado garante proteção e segurança para os cidadãos é através de instituições da sociedade industrial clássica, só que com a emergência dos riscos contemporâneos, essas instituições não respondem mais com eficácia a esses problemas, pelo contrário tentam ocultar as origens e conseqüências da

degradação ambiental (Irresponsabilidade organizada), levando a perda de credibilidade do Estado Segurança. Beck (1997, p.216) resume dizendo “os Estados podem tentar encobrir os estragos e voltarem a assumir o compromisso de proteção e segurança, mas são incapazes de fazê-lo, causando a deslegitimação do estado segurança”.

O que leva as instituições do Estado a não responderem mais os problemas são, entre outros, o fato de não conseguirem mais calcular os riscos, que se tornaram incalculáveis na lógica do Estado, com isso o Estado não consegue indenizar, achar culpados, as leis não conseguem responder aos riscos e perigos modernos. É o que acontece no caso dos resíduos recicláveis, onde o Estado é ineficaz, através de suas instituições responsáveis pelos resíduos, deixando os cidadãos, que legitimam o Estado como responsável por esse processo, inseguro quanto a real possibilidade de isso acontecer. Beck (1997, p.215) ressalta que “o industrialismo, em seu estágio avançado na segunda metade do século XX, está crescentemente produzindo efeitos que não podem mais ser abarcados ou cobertos pelo cálculo do risco e do seguro”.

Em contrapartida os carrinheiros, absorvem esses resíduos, resultado da falta ou falha do serviço público que é ineficaz na coleta, devido a grande produção de resíduos recicláveis, decorrente do grande consumo da sociedade.

2.4 A EXPLOSIVIDADE SOCIAL DO PERIGO

O estado convenceu-nos que a segurança estaria garantida e por isso ganhou status de responsáveis e legitimadores dessa segurança. Diante disso Goldblatt (1996, p.240) salienta que “a legitimidade e utilidade das instituições do estado que garantiram especulativamente ou pelo menos prometeram de forma convincente, proteção e segurança – aquilo a que Beck se refere frequentemente por estado segurança”.

A medida que os riscos e perigos foram se modificando, o mesmo não aconteceu com as relações de definição, que continuam sendo as mesmas da sociedade industrial clássica. Sendo assim Beck (1997, p.215) comenta que “os Estados estão a lutar para combater uma causa perdida, porque oferecem garantias de segurança do século XIX a um mundo que esta inequivocamente envolvido em riscos e perigos de uma ordem qualitativamente diferente”.

Tendo em vista essa não-segurança, por parte do estado, que é o principal fator para retirar a legitimidade que o estado e suas instituições têm, surge a explosividade social do risco. O que Beck (1997, p. 217) resume:

A dimensão dos riscos que enfrentamos é tal, e os meios pelos quais tentamos lutar contra eles, a nível político e institucional são tão deploráveis, que a fina capa de tranqüilidade e normalidade é constantemente quebrada pela realidade bem dura de perigos e ameaças inevitáveis.

Os protestos contra as relações de definição dominantes acontecem e a própria legitimidade do estado, como responsável por gerir e assegurar o processo é questionada. Segundo Beck (1997, p. 213):

Esta situação acontece porque as garantias e promessas dos estados modernos no campo da segurança da população, apesar de esforços exaltados para remediar os velhos modelos de proteção e segurança da indústria, são desarmados pela enormidade dos riscos da atualidade. Os modelos de percepção de risco e de seguros contra riscos desses estados foram totalmente eliminados.

O mesmo acontece com os carrinheiros, onde o estado não consegue assegurar o controle efetivo da coleta de resíduos recicláveis, perdendo a sua legitimidade, enquanto responsável pelo processo, com isso os carrinheiros são responsáveis, de fato, por grande parte dessa coleta, pondo em dúvida a real condição do estado de gerir o processo de coleta.

Em contrapartida os carrinheiros, através de seu trabalho, são uma alternativa, em relação à coleta formal realizada pela Prefeitura.

3 OS ATORES ENVOLVIDOS NA COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA.

3.1 O PAPEL DO PODER MUNICIPAL DE CURITIBA NA QUESTÃO DOS CARRINHEIROS

O município de Curitiba foi criado e instalado em 29 de Março de 1693, sendo desmembrado de Paranaguá. Sua denominação está ligada à quantidade de pinheiros existentes anteriormente nestas áreas.

A capital do Estado do Paraná, tem 317 anos, e está localizada no sul do Brasil. É uma cidade reconhecida internacionalmente pelo intenso “marketing”,

desenvolvido no planejamento urbano e qualidade de vida (CURITIBA, 2006). Diante disso ficou conhecida por diferentes slogans como: cidade de primeiro Mundo, Cidade Sorriso, Capital Ecológica, Capital Social, entre outros. Há que salientar que muitos desses *slogans* são decorrentes de um *marketing* que tentou construir um “imaginário ecológico de Curitiba” (SOUZA-LIMA, 1999, p.33). Contudo este *marketing* realizado para a cidade entra em contraste com a realidade verificada no cotidiano de alguns atores sociais que habitam a cidade. Os carrinheiros diferentemente da maior parte de sua população (de aproximadamente 1,8 milhões de habitantes), que descende de imigrantes italianos, poloneses, alemães, ucranianos, japoneses, sírios libaneses, portugueses, negros e índios, são parte de uma população migrante, originária principalmente do norte do Estado e de Estados vizinhos, como São Paulo e Santa Catarina.

3.1.1 Histórico da Produção e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Curitiba- PR

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DE CURITIBA (REGIÃO CENTRAL).
Fonte: CURITIBA (2002).

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1987) os resíduos são divididos em 3 classes, conforme a Norma Técnica Brasileira NBR 10.004/87: resíduos de classe 1 ou resíduos perigosos que em função de suas características de inflamar, corrosiva, reativa, toxicidade e patogenicidade, podem apresentar risco a saúde pública, provocando ou contribuindo para o aumento da mortalidade e apresentar efeitos adversos ao meio ambiente, quando manuseados de forma

inadequada; resíduos de classe 2 considerados não inertes, são classificados segundo suas características como biodegradabilidade ou solubilidade em água e resíduos de classe 3 ou inertes, são resíduos que segundo a NBR 10.007- amostragem de resíduos, e a NBR 10.006- solubilização de resíduos, não tenham nenhum dos seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade da água.

Em função dessa classificação, os resíduos coletados pelos carrinheiros e objetos de pesquisa são o da classe 3 (vidros, plásticos e metais) e da classe 2 (papel).

O município de Curitiba e Região Metropolitana antes da implantação do Aterro Sanitário, não possuía um local adequado para a disposição de resíduos sólidos Urbanos a cidade utilizava depósitos de lixo da Lamenha Pequena, Cidade Industrial de Curitiba e de São José dos Pinhais que teve uma vida útil de apenas 6 meses os lixões foram desativados, sendo que os da Lamenha Pequena e de São José dos Pinhais foram recuperados e hoje estão na condição de aterros controlados. Em 20 de Novembro de 1989, iniciou-se a operação do Aterro Sanitário, localizado ao sul do Município de Curitiba a 23 km do centro, no bairro da Cachimba, localizado entre os municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande. A área total do Aterro sanitário é de 410.000m², sendo que a área destinada à disposição de lixo é de 237.000m². O Aterro Sanitário da Cachimba recebe resíduos de 14 municípios da Região Metropolitana, a saber: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Mandirituba e Quatro Barras.

Considerando-se a capacidade aproximada de projeto do aterro de 3.239.500 toneladas, e a projeção populacional para o Município de Curitiba estimou-se uma vida útil aproximada de 11 anos e cinco meses.

São depositadas 4.173.634,66 toneladas de Resíduos Sólidos (CURITIBA, 2006).

FIGURA 2: ATERRO DO CACHIMBA
 Fonte: CURITIBA (2002)

3.1.2 Os Serviços Oferecidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba

3.1.2.1 O Processo de reciclagem.

Há alguns anos atrás, pensava-se que o problema do lixo seria resolvido com a reciclagem. Hoje se sabe que a solução ou diminuição do problema esta muito além da simples reciclagem, sendo uma questão além de ambiental também social, assim a reciclagem é apenas uma das formas de trabalhar a questão dos resíduos (CURITIBA, 2006).

FIGURA 3: TAMBORES DE SEPARAÇÃO
 Fonte: CEMPRE (2000).

A reciclagem trata os resíduos como matéria-prima a ser reaproveitada para fazer novos produtos. Segundo a Prefeitura de Curitiba, através da coleta seletiva é feita a separação dos resíduos, ainda nos domicílios, pela população. O recolhimento dos materiais separados é feito por caminhões da prefeitura nas próprias residências, ou entregues pela população nos pontos de entrega que são os Pontos de Entrega Voluntária (PEV), que possuem tambores de várias cores (de acordo com a Legislação Federal), destinados a determinados tipos de resíduos, como pode ser observado (figura 3).

O material recolhido é encaminhado para a central de triagem para separação, classificação e venda. A separação dos recicláveis ainda no domicílio tem sido apontada como o modo mais efetivo para manter os materiais mais limpos e menos contaminados por outros tipos de resíduos (CURITIBA, 2006). Esse processo envolve a população que se sente também responsável pela resolução dos problemas, segundo a Prefeitura Municipal, provocados pelo acúmulo de lixo, o que significa uma sensibilização ambiental da sociedade (CURITIBA, 2006).

3.1.2.2 O Programa de Coleta Seletiva

O Programa de Coleta Seletiva de Curitiba já existe há vários anos e atinge praticamente 100% da cidade, segundo a Prefeitura, sendo conhecido como “O lixo que Não é lixo”. A coleta acontece de 2 formas diferentes: pela Prefeitura, com sua frota de caminhões verdes e pela coleta especial de resíduos que cuida do lixo mais perigoso, como pilhas, lâmpadas, embalagens de remédios e de produtos químicos (CURITIBA, 2006).

Mesmo assim são os carrinheiros, responsáveis por 80% da coleta de resíduos recicláveis, os grandes protagonistas da coleta de resíduos recicláveis na Cidade de Curitiba (CURITIBA, 2006), ajudando a cidade a se manter limpa. Souza-Lima (1999, p.39) descreve a real importância dos carrinheiros, ao afirmar que “eles terminam colaborando com a construção do imaginário “ecológico”, só que não pela porta da frente, mas pela porta dos fundos. São autênticos catalisadores sociais”.

Além da coleta seletiva há também A Usina de Valorização de Rejeitos, situada em Campo Magro, Município da Grande Curitiba, dentro da Fazenda Solidariedade, é o local onde o lixo é separado e preparado para a reciclagem. A

Usina de Valorização de Rejeitos (UVR), administrada pelo Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPPC) em Campo Magro, processou no ano de 2009, 4.581.409 quilos de lixo reciclável, representando uma economia de 30 dias em área no aterro sanitário. O material obtido com a triagem e a separação do lixo é prensado e vendido, por quilo, a empresas de reciclagem. Para suprir a demanda o trabalho de triagem do lixo é feito por 78 funcionários (CURITIBA, 2010).

3.1.2.3 Programa “Compra de Lixo”

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Curitiba, em 31 de janeiro de 1989, foi implantado o programa “Compra do Lixo”, em áreas onde há seríssimos problemas ambientais devido à falta de coleta de lixo.

Uma equipe de Educação Ambiental da Prefeitura entra em contato com a comunidade, com objetivo de organizá-la. Criada a Associação de Moradores, é firmado um convênio entre Prefeitura e comunidade, a qual se torna responsável pela distribuição dos sacos plásticos e pelo controle do número de sacos depositados na caçamba por família participante do Programa. A Prefeitura instala uma caçamba estacionária com capacidade de 7m³ em local previamente determinado, e entrega à Associação, quinzenalmente, sacos de lixo com capacidade de 60 litros para captação e acondicionamento dos resíduos.

O problema desse programa é que atinge pouquíssima parcela da população carente, diferentemente do que é relatado poucas são as comunidades onde há uma aplicação de Educação Ambiental, o que sugere a preocupação maior na propaganda do programa do que na remediação dos problemas sociais e ambientais. Souza-Lima (1999, p.36) vai a origem quando diz:

De um lado, o primeiro querendo iludir e, de outro, o segundo não propriamente "querendo", mas sendo coagido a devorar as mais diversas formas de ilusões. O resultado final desse jogo de sedução é a consolidação desse tipo concreto de consciência, a "ecológica", em Curitiba.

Grande parte dos programas sociais e ambientais são muito atraentes, ao menos em sua teoria, ganham força quando unem-se a mídia, tornando-se verdades inquestionáveis. Mas sua prática muitas vezes, ou a maioria delas, não conseguem refletir seus objetivos teóricos, o que antes era atraente, hoje já não o é, ou pior a aparência continua atraente, mas os resultados são questionáveis, quando há resultados. Fica então uma propaganda que camufla os riscos sociais e ambientais

da cidade, Souza-Lima (1999, p.40) demonstra bem quando diz que “é um discurso no qual Curitiba fala para si mesma, na tentativa de realizar, no universo da retórica, tudo aquilo que não consegue realizar no mundo prático”. Torna-se cada vez mais iminente que a preocupação é muito mais por propagandas e *slogans* que propriamente com o social e o ambiental.

3.1.2.4 O Programa Câmbio Verde

O Programa Câmbio Verde nasceu de uma derivação do Programa compra do Lixo e do Programa Lixo que não é lixo. E consiste na troca de material reciclável por produtos hortigranjeiros de época (CURITIBA, 2006).

Em junho de 1991, houve uma super safra de produtos hortigranjeiros na Região Metropolitana de Curitiba e face à grande quantidade de produtos, os pequenos produtores encontraram dificuldades para a comercialização de suas safras e muitos estavam transformando sua produção em adubo orgânico e alimentos para criações (CURITIBA, 2006).

Diante daquela realidade o poder público, resolveu comprar dos pequenos produtores o escoamento de suas safras. Para tanto, firmou convênio com a Federação Paranaense das Associações dos Produtores Rurais (FEPAR), e passou adquirir o excedente da produção e repassar estes produtos às famílias com renda salarial entre 0 e 3,5 salários mínimos (CURITIBA, 2006).

O objetivo do cambio verde é promover o escoamento da safra de produtos hortigranjeiros dos pequenos produtores de Curitiba e RMC, criarem na população o hábito de separar o lixo orgânico do inorgânico, sensibilizar a comunidade para a correta destinação final dos resíduos e reforçar a alimentação da camada menos favorecida da cidade (CURITIBA, 2006).

A dúvida, sobre quem realmente usufrui dos programas é enorme, pois nas 2 grandes favelas da região central de Curitiba, Capanema e Parolim, não possuem postos de trocas, os poucos postos de trocas estão localizadas em áreas nobres da cidade, como Praça Rui Barbosa e Praça Osvaldo Cruz (CURITIBA, 2006), dificultando o acesso para a população menos favorecida.

A troca de resíduos recicláveis por alimentos depende da quantidade de reciclados que o indivíduo possuir o montante entre 1 e 4 kg de resíduos recicláveis, equivalem a uma sacola de alimentos, no valor de 57 centavos, contendo alimentos de uma única espécie. Com 5 kg ou mais de resíduos recicláveis, equivalem a uma

sacola de alimentos com produtos variados no valor de 57 centavos (CURITIBA, 2006).

3.2 OS CARRINHEIROS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA

Os responsáveis por evitar um colapso no problema do lixo em Curitiba são pobres, moram geralmente em favelas e raras vezes conseguem ganhar mais do que 10 reais por dia. Trabalham todos os dias, sem direito a férias, feriados ou Fundo de Garantia. Agora, apoiados pelo Ministério Público do Trabalho, os carrinheiros estão tentando fazer seu serviço ter a devida atenção do poder público (OLIVEIRA, 2008, p.127). Eles estão se organizando para sair da penúria e ter direitos mínimos, como aposentadoria e direitos trabalhistas. Estimativas da Prefeitura de Curitiba mostram que os carrinheiros retiram das ruas da cidade cerca de 420 toneladas de resíduos recicláveis por dia. É mais do que o dobro que a própria Prefeitura consegue fazer e suficiente para movimentar cerca de 900mil reais por mês (PARANÁ, 2010).

FIGURA 4: CARRINHEIRO COLETANDO RESÍDUOS RECICLÁVEIS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA

No entanto, os carrinheiros não vendem tudo que recolhem, só vendem aquilo que interessa ao comprador, o que não interessa é descartado e acaba indo para o aterro sanitário ou é despejado em rios, como o Belém. Segundo a Prefeitura de Curitiba, eles são em torno de 5 mil carrinheiros cadastrados. Porém, existem também os carrinheiros informais, que não são filiados, a nenhuma cooperativa, segundo as estimativas da Secretária Municipal do Meio Ambiente (SMMA), existe

cerca de 20 mil carrinheiros formais e não formais na cidade. Eles chegam a caminhar, puxando seus carrinhos, 35 quilômetros todos os dias. O trabalho dos carrinheiros evita que aumente ainda mais o problema de espaço para continuar depositando todo o lixo dos 1,8 milhões de habitantes da capital (CURITIBA, 2006).

Em Curitiba, como na maioria das capitais brasileiras, o problema do destino do lixo é grave, devido à falta de planejamento e o aumento na produção de lixo, fez com que o município prorroga se por um ano à vida útil do aterro sanitário da Cachimba (CURITIBA, 2006). Os carrinheiros reclamam do poder público que, segundo eles, tenta acabar com o serviço deles, sendo constantemente abordados por guardas municipais, pedindo para que eles deixem os locais, para dar prioridade ao caminhão da Prefeitura.

FIGURA 5: CARRINHEIRO E CAMINHÃO DE COLETA DA PREFEITURA

Segundo a Prefeitura de Curitiba, em alguns momentos, os carrinheiros acabam atrapalhando o trânsito, e a guarda municipal solicita que eles circulem com os carrinhos em ruas com menor trânsito.

FIGURA 6: CARRINHEIRO NO TRÂNSITO NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA

3.3 AS COOPERATIVAS DE CARRINHEIROS NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA

São cinco cooperativas que atuam na capital paranaense, realizando a coleta, separação de material, depois vendem o que recolhem e, partilham os ganhos entre todos (CURITIBA, 2006). São em torno de cinco mil carrinheiros que trabalham em Curitiba, em sua grande maioria na região central, onde o consumo é maior, conseqüentemente o descarte de resíduos recicláveis também é grande (CURITIBA, 2006). As cooperativas que se destacam são as do Parolin, Vila Capanema e Prado Velho, devido principalmente a sua localização, próximo à região central, facilitando o transporte dos resíduos, por parte dos carrinheiros (CURITIBA, 2006).

Nas entrevistas realizadas com os carrinheiros todos reclamaram das Cooperativas, principalmente a dificuldade de se tornar um cooperado, mas todos foram enfáticos em dizer que sem as Cooperativas o trabalho seria “mais complicado”.

3.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA PELA PREFEITURA DA CIDADE DE CURITIBA.

Desde 1979, Curitiba parte do princípio de que a Educação Ambiental é um caminho seguro para melhor integrar desenvolvimento urbano à conservação do meio ambiente, numa parceria entre o poder público e a população. Por isso, Curitiba, considera a Educação Ambiental como uma forma de integrar as ações do poder público e da população, para que juntos, possam construir um ambiente equilibrado para viver (CURITIBA, 2006).

A promoção da Educação Ambiental, esta prevista no inciso II, do artigo 190, da lei Orgânica do Município de Curitiba.

Todo o material educativo reproduzido está voltado à realidade local, ajudando a sustentar as ações educativas e a divulgar os conceitos e as práticas ambientais adequadas (CURITIBA, 2006).

Em 1989, a Educação Ambiental foi incluída no currículo das escolas municipais de forma interdisciplinar, ajustando-se às situações específicas dentro de cada área do conhecimento. Ela se constitui em princípios que abordam os conteúdos dentro de uma visão de totalidade (CURITIBA, 2006).

Cursos de capacitação aos professores da rede de ensino e a realização de visitas orientadas, trilhas em parques e bosques pelos alunos constituem formas de ampliar o aprendizado da sala de aula através da vivência dessas atividades. As atividades nos parques, bosques, jardim Botânico, Museus Botânico e do Capão da Imbuia além do Zoológico Municipal, segundo a prefeitura, propiciam às pessoas uma compreensão maior sobre a dinâmica da cidade e uma relação mais integrada com o meio onde vivem (CURITIBA, 2006).

Todas essas informações foram retiradas do Plano Municipal de Educação Ambiental da Cidade de Curitiba, 2009.

Fica evidente que a Educação Ambiental promovida pela Prefeitura de Curitiba, é quase que exclusivamente uma Educação Ambiental Escolar, visto que somente nas escolas, encontra-se algum trabalho realizado.

Para a população em geral não foi encontrado nenhum tipo de Educação Ambiental, o que nos remete a pensar como a cidade que, segundo a própria prefeitura, “parte do princípio de que a Educação Ambiental é um caminho seguro para melhor integrar desenvolvimento urbano à conservação do meio ambiente, numa parceria entre o poder público e a população” (CURITIBA, 2006). Ou seja, o discurso não condiz com a realidade, pois a Prefeitura de Curitiba prega uma Educação Ambiental como sendo um “caminho seguro”, mas na prática não percorre esse caminho, ou percorre pouco, deixando de praticar aquilo que está, como a própria Prefeitura gosta de salientar, em sua Lei Orgânica Municipal e do Plano Municipal de Educação Ambiental.

4 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo é de caráter qualitativo, iniciando-se com o estudo teórico, onde foram levantados dados do objeto da pesquisa, análise de documentos cedidos pela prefeitura e cooperativas de carrinheiros, além de pesquisa bibliográfica. Realizou-se entrevistas com seis carrinheiros que coletam resíduos recicláveis na região central de Curitiba, mas residem em outras localidades, próximo a região central, sendo dois carrinheiros do Parolin, dois da Vila Gapanema, um carrinheiro do Rebouças e um carrinheiro da região central, além da entrevista com o poder-público, representado pelo diretor responsável pelos resíduos recicláveis em Curitiba.

As entrevistas com os carrinheiros aconteceram no dia 19/02/2010 na Casa de Convivência da Prefeitura, aonde eles vão se alimentar, localizada no bairro do Rebouças. Foram utilizados nomes fictícios para preservá-los.

O primeiro entrevistado foi José, de 34 anos, morador do Parolin, estudou até sexta série do ensino fundamental, veio do norte do Paraná para Curitiba “tentar a vida”, trabalhou de ajudante de pedreiro. Desempregado, encontrou no trabalho de carrinheiro uma opção de geração de renda. É casado e tem três filhos. A entrevista teve duração de 27 minutos.

O segundo entrevistado foi João, de 37 anos, morador da vila Capanema, estudou até oitava série do ensino fundamental, veio de Palmas, interior do Paraná, junto com sua esposa e quatro filhos, encontrou na coleta de resíduos um meio de sobreviver, diz orgulhoso que seu filho mais velho terminará o ensino médio em 2010. A entrevista durou 31 minutos.

O terceiro entrevistado é Pedro, 42 anos, morador em uma pensão no Rebouças, estudou até oitava série do ensino fundamental, natural de Curitiba, divorciado. Exerceu a profissão de caminhoneiro durante 20 anos, quando se aposentou por acidente de trabalho, ajudava um amigo que trabalhava como carrinheiro, logo começou a trabalhar com seu próprio carrinho, Segundo o entrevistado “o carrinho também o ajuda a se distrair”. A entrevista durou 29 minutos.

A quarta entrevistada é Maria, 37 anos, estudou até sétima série do ensino fundamental, moradora da vila Capanema, onde vive com seus três filhos é solteira, veio de Irati para trabalhar como doméstica perdeu o emprego, através da associação de moradores do Capanema conseguiu o serviço de carrinheira, diz que consegue sustentar a casa sozinha com o dinheiro que consegue da coleta. A entrevista durou 35 minutos.

O quinto entrevistado é Antônio, 36 anos, estudou até primeiro ano do ensino médio, morador da região central, em uma pensão, natural de Curitiba, trabalhou como pedreiro, ficou desempregado, separou-se da esposa, quando começou a coletar resíduos recicláveis, tem duas filhas, hoje trabalha como pedreiro nos fins de semana, mas não deixa o trabalho de carrinheiro. A entrevista durou 42 minutos.

O sexto entrevistado é Paulo, 18 anos, estudou até primeiro ano do ensino médio, morador do Parolin, mora com a mãe e a três irmãos, o pai era carrinheiro, quando faleceu ele ficou no lugar do pai, diz que não sobra tempo para estudar, mas pretende voltar aos estudos, gosta de trabalhar como carrinheiro, pois “conhece toda

a cidade e leva dinheiro para a casa', gosta de saber que ajuda a deixar a cidade limpa". A entrevista durou 27 minutos.

Antes da entrevista houve uma conversa informal para descontraí-los, e durante as entrevistas tiveram todo direito de expor suas opiniões, descontentamentos, dificuldades e sonhos.

A entrevista coletiva aconteceu no dia 30/04/2010 na casa de convivência da Prefeitura, sendo entrevistado um grupo de 4 carrinheiros: Pedro, Paulo, Maria e João, o tempo da entrevista foi de aproximadamente 40 minutos. Foram elaboradas perguntas para que fossem discutidas entre eles e as respostas fossem únicas para o grupo, esse método foi proposto para os participantes e todos aceitaram. A entrevista com, diretor responsável pela gestão dos resíduos recicláveis em Curitiba, realizou-se na Secretária Municipal de Meio ambiente, no Bairro das Mercês. Ele ressaltou os trabalhos sociais e qualificação que são ofertados aos carrinheiros, além dos projetos realizados pela prefeitura, como o eco-cidadão. É necessário ressaltar que todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, tendo como referência os objetivos da pesquisa.

4.1 SÍNTESE DAS ENTREVISTAS DOS CARRINHEIROS:

1. Por que se tornou carrinheiro?

1. Perdi o serviço ai tive que me virar.
 2. Vim do interior e foi o único serviço que consegui.
 3. Tenho que comer e o "carrinho" é meu ganha pão.
 4. Trabalhava de doméstica e a patroa me mandou embora ,tenho 3 filhos ,tinha que arrumar alguma coisa, foi o que eu consegui.
 5. É um "bico", eu sou pedreiro.
 6. Meu pai trabalhava com o carrinho, quando ele morreu fiquei com carrinho e continuei o serviço.
1. Sim, as pessoas são bem sujas, vira e mexe passa um carrão e jogam latinhas pela janela, ai eu pego, ganho meu dinheiro e também a cidade fica limpa.
 2. Acho que mais o meio ambiente, ajuda as ruas ficar limpas.
 3. Ajuda e muito! Mesmo o pessoal não gostando da gente

2. A coleta de resíduos ajuda a sociedade e o meio ambiente?

tem que aturar, senão a cidade fica suja, aí fica pior.

4. Ajudamos bastante a sociedade, tem lugar que o pessoal até pede algum telefone pra quando tiver lixo a gente ir buscar.

5. Sim, bastante, tem dia que encho o carrinho em umas 2 horas de serviço, imagina se esse lixo ficasse na rua, ia virar num lixão.

6. Mais ou menos, tem muito colega que pega o que dá mais dinheiro e o resto joga nos terrenos ou nos rios, mais se for ver ajuda mais que atrapalha.

3. Por que a coleta de resíduos é importante para você?

1. Por que dá um dinheirinho pra gente.

2. É o que me ajuda a viver, se bem que já foi melhor.

3. Se não fosse o lixo eu tava passando fome.

4. Tudo que tenho vem de pegar lixo e ajuda também a cidade ficar limpa.

5. É importante para mim, por que dá um dinheirinho mas também se a gente não pegasse a cidade ficava mais feia.

6. Por que eu vivo disso.

4. Você acha que seu trabalho é valorizado?

1. Antes não era, hoje melhorou, mas ainda muita gente não gosta dos catadores.

2. Não, o pessoal finge que não vê a gente, esses dias tava levando o carrinho pro barracão e quase o cara pegou eu. Nem voltou para pedir desculpa.

3. Vixe! O pessoal não gosta da gente não.

4. Tem gente que valoriza outros não, mas fazer o que? É melhor do que roubar né?

5. Melhorou, mas ainda tem gente que nem liga pro nosso serviço, vi na tv que se não fosse a gente a cidade estaria toda suja.

6. O pessoal estava valorizando, antes pagavam melhor, hoje tá muito baixo.

1. Antes da cooperativa as coisas eram mais difíceis, hoje ficou mais fácil.

2. É bom, que a gente tem que se unir se não fica mais complicado.

5. O que representa a cooperativa para você?

3. Às vezes acho bom , às vezes não.

4. Ela ajuda bastante a gente, todos os benefícios do governo é só vir aqui que o pessoal vê pra gente.

5. Depende de quem ta na direção , ela já representou bastante, hoje ta devagar.

6. O pessoal deixa a gente sabendo das coisas é bom, e luta pela gente.

6. A prefeitura te ajuda na coleta?

1. Não, muito pelo contrário, eles tão tirando o lixo da gente, por causa dos caminhões.

2. Ajuda nada, eles querem dificultar as coisas pra gente.

3. Na coleta não, o que a prefeitura ajuda é nos benefícios.

4. Eles tem os barracões deles, mas pra trabalhar lá é exigido um monte de coisas.

5. Que ajuda? Eles têm os barracões que só os peixinhos trabalham pra eles.

6. A prefeitura ajuda pouco, o pessoal da cooperativa é que dá uma força pra gente.

7. Em sua opinião o lixo é um risco social ou ambiental para a cidade?

1. Os dois, por que se tiver muito lixo fica tudo poluído e dá doença.

2. Acho que mais social, por que prejudica a gente.

3. Ambiental, por que é o próprio pessoal que joga o lixo nas ruas.

4. Não sei.

5. O social , as crianças do vizinho do barraco do lado, já pegaram muita doença, dizem que foi por causa do lixo.

6. Os dois, o que conta pra gente é mais o social, mas o meio ambiente também é importante se não cuidar fica ruim.

4.2 SÍNTESE DAS ENTREVISTAS COLETIVAS DOS CARRINHEIROS:

1. O que vocês acham importante no serviço que realizam?

-Ajudamos manter a cidade limpa, apesar de não ser responsabilidade nossa.

-É um serviço duro que só faz quem não tem outro serviço pra trabalhar.

-As amizades que fazemos, tem gente que liga pra mim pra buscar o lixo deles, por que o caminhão da prefeitura não passa.

-Catar o máximo possível pra ganhar mais

2. Quem vocês acham que suja mais a cidade?

-As firmas, tem firma que faço umas 9 a 10 viagens, eles até tem meu telefone e ligam, as vezes tenho que levar uns colegas pra ajudar.

- O povo é bem porco, principalmente quem tem dinheiro, esses dias estava na rua, passou um cara com um carrão e jogou a latinha pela janela. Quase pega na minha cabeça.

-As lojas do centro sujam bastante, só ficar observando quando eles estão fechando.

-As construções, mesmo com a caçamba o pessoal sempre deixa lixo pro lado de fora da caçamba.

3. Durante o trabalho já tiveram ou têm algum problema ?

- Sim, nas ruas o pessoal que anda de carro reclama.

-O pessoal reclamam quando a gente abre o saco de lixo pra tirar o que interessa.

-Com os policiais que dizem que atrapalhamos o trânsito.

-Quando encho o carrinho às vezes cai algum material, ai o pessoal diz que sujo a rua.

5. O que os deixa muito chateados ?

-A falta de apoio da prefeitura.

-O pessoal às vezes fica com receio da gente, quando vamos pegar o lixo, pensa que somos ladrão.

-Quando não consigo pegar muito lixo, ai ganho menos.

-Quando não levo dinheiro pra casa, ai fica difícil.

6. Se tivessem um pedido para o poder público, o que pediriam?

- dar apoio pra gente, comprar os nossos lixos.

-Trazer um pessoal especializado pra falar como podemos fazer artesanato com o lixo, da pra vender depois.

- Tratar a gente com respeito e deixar a gente trabalhar.

-A prefeitura ajuda com dinheiro das crianças, mas poderia ajudar mais.

7. Cite coisas que lhes deixam felizes?

- Trabalhar bastante e ganhar um dinheiro que dê pra comprar as coisas em casa.

- Saber que trabalho para levar o sustento em casa.

-Trabalhar e ver meus filhos estudarem.

-Saber que estou com saúde pra trabalhar e que tenho como levar dinheiro pra casa.

8. O que pensam do futuro, como carrinheiros?

- É um futuro duro, mas que me dá um dinheiro.

-É ingrato, mais meus filhos vão ter um futuro melhor, os 3 estão estudando.

-Difícil dizer, só deus sabe.

-Que a prefeitura valorize mais a gente.

4.3 SÍNTESE DA ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO:

<p>1.Você acredita que os resíduos recicláveis representam um risco social ou ambiental para a região central de Curitiba ?</p>	<p>Ambos, apesar do esforço da Prefeitura nos últimos anos, na implementação de políticas voltadas para o “lixo que não é lixo”, é um problema complexo que depende muito de mudanças de hábitos e educação, nesse sentido a educação ambiental é fundamental para diminuir esse risco.</p>
<p>2.Qual o papel da Prefeitura na coleta de resíduos recicláveis em Curitiba?</p>	<p>A Prefeitura através de políticas sociais e ambientais, como eco-cidadão, está gerando renda e diminuindo o risco social e ambiental citado por você.</p>
<p>3.Existe algum trabalho realizado pela Prefeitura para a redução desses resíduos?</p>	<p>Sim, há campanhas educacionais por toda cidade, o próprio caminhão do lixo reciclável ajuda nessa redução, temos seis parques de reciclagem espalhados em pontos estratégicos, além da usina de reciclagem, mas sabemos que a conscientização é fundamental para o êxito, é um trabalho a longo prazo.</p>
<p>4. A Prefeitura reconhece e valoriza o trabalho dos carrinheiros?</p>	<p>Sim, nos últimos anos a Prefeitura investiu o que antes nunca havia sido feito pelos carrinheiros, Implantamos seis parques de reciclagem que atendem em torno de 400 carrinheiros diretos e estimativas de 1300 indiretos. Além dos trabalhos sociais, através da Fundação de Ação Social, e aperfeiçoamentos dos carrinheiros pela Secretária Municipal do Meio Ambiente. Estamos trabalhando.</p>
<p>5.Os caminhões do “lixo que não é lixo” vão substituir os carrinheiros?</p>	<p>Não, mesmo que quiséssemos é inviável, até por que historicamente os carrinheiros começaram a coleta de resíduos recicláveis na cidade, é uma questão de justiça social.</p>
<p>6. Qual a relação da Prefeitura com as cooperativas de carrinheiros?</p>	<p>Existem 2 tipos de cooperativas; as formais, com as quais trabalhamos e recebem todo o aparato da rede pública municipal e os informais que paulatinamente estão saindo dessa informalidade. Os próprios carrinheiros estão percebendo a viabilidade das cooperativas formais, pois eles recebem em torno de 4 vezes mais que nas informais, além de assistência social.</p>
<p>7. Qual o papel da educação ambiental?</p>	<p>É fundamental, tanto para o social quanto o ambiental, é um instrumento muito poderoso na questão ambiental, pois conscientiza gerando mudanças de hábitos.</p>

4.4 Análise das Entrevistas dos Carrinheiros

Por meio das entrevistas com os carrinheiros, a preocupação com a própria sobrevivência ficou evidente em frases como “tenho que comer” e o “carrinho é meu ganha pão” demonstra que embora o serviço realizado pelos carrinheiros seja fundamental na coleta de resíduos recicláveis, diminuindo o excesso de lixo na cidade, a percepção em relação ao tema ambiental é menos considerada pelos carrinheiros, do que a questão social, diretamente associada à sobrevivência, onde a coleta passa a ser vista como meio de sobrevivência desses atores sociais.

Esses trabalhadores, não se consideram como coletores de resíduos recicláveis, conhecidos como carrinheiros, a grande maioria disse que o serviço de carrinheiro era provisório, com frases do tipo: “vim do interior e foi o único serviço que consegui; tenho que comer” e o “carrinho é meu ganha pão”; trabalhava de doméstica e a patroa me mandou embora, tenho 3 filhos, tinha que arrumar alguma coisa, foi o que eu consegui; é um “bico, eu sou pedreiro “.

Alguns entrevistados estavam trabalhando como carrinheiros há três, quatro, cinco e seis anos, mesmo assim não “aceitavam” que sua profissão fosse de carrinheiro. O desrespeito e as condições que trabalham, talvez, seja a causa da negação. Perguntado se eles achavam que seu trabalho era valorizado, um dos carrinheiro respondeu “não, o pessoal finge que não vê a gente, esses dias tava levando o carrinho pro barracão e quase o cara pegou eu (atropelou). Nem voltou para pedir desculpa”, em falas como essa verifica-se a falta de respeito e reconhecimento, fazendo com que os próprios carrinheiros não considerem seu trabalho como algo digno. De acordo com a resposta de outro carrinheiro, perguntado se considerava o trabalho que realiza importante, temos: “é um serviço duro que só faz quem não tem outro serviço pra trabalhar”.

O mesmo aconteceu quando foi perguntado se os carrinheiros também poluem a cidade, a grande maioria negou, dizendo que os poluidores são as empresas e as pessoas com maior poder aquisitivo, em frases como: “não, o contrário, a gente ajuda a limpar; a gente pode até sujar um pouco, mas limpamos mais que sujamos; o povo é bem porco, principalmente quem tem dinheiro, esses dias estava na rua, passou um cara com um carrão e jogou a latinha pela janela, quase pega na minha cabeça”.

Isso é o que Beck (1997) chama de Irresponsabilidade Organizada, se a

sociedade, em grande parte, é uma das responsáveis pelo risco sócio-ambiental, mesmo os carrinheiros fazendo parte dessa sociedade, não se vêem como responsáveis por esse risco, como citado: “ajudamos manter a cidade limpa, apesar de não ser responsabilidade nossa”, ao invés disso, ficam a margem do problema culpando outros por essa conseqüência desastrosa e se isentando da responsabilidade. Alguns carrinheiros puseram-se como parte da sociedade responsável pelo risco, à minoria, e afirmaram: “Tem carrinheiro que só pega o que dá dinheiro e o restante joga nas ruas ou debaixo de árvores, ai suja a cidade”; mesmo este que admitiu que outros carrinheiros sujam a cidade, não admitiu que ele próprio tem sua parcela de responsabilidade.

Nesse contexto, os resultados aproximam-se do que Latour (2004) vai chamar de “objeto com vínculo de risco”, pois ao mesmo tempo em que a coleta realizada pelos carrinheiros ajuda na diminuição dos resíduos nas ruas da cidade, também, pode poluir, pois alguns carrinheiros têm o hábito de armazenar as coletas em suas residências, que normalmente são próximas de rios, descartando neles o que não interessa, ou mesmo, como citado por um dos carrinheiros “coletar o que interessa e jogar o restante nas ruas ou debaixo de árvores”.

Os carrinheiros acreditam no que Giddens (1997) chama de sistema perito, pois esperam que especialistas da Prefeitura digam o que podem fazer com os resíduos que coletam. Perguntados sobre o que esperam da Prefeitura eles responderam: “trazer um pessoal especializado pra falar como podemos fazer artesanato com o lixo, dá pra vender depois”. Isso demonstra que os carrinheiros estão dentro do modelo vigente, em que a confiança nos peritos é grande, tornando-os legitimadores da verdade, o que impede muitas vezes os carrinheiros de serem protagonistas de seus próprios destinos.

Esse serviço prestado pelos carrinheiros, e de responsabilidade da Prefeitura, acontece devido a falta ou incapacidade do órgão Público de gerir esta coleta, o que Beck (1997) chama de Estado Segurança, como o Estado, representado pela Prefeitura, não consegue realizar aquilo que havia garantido para a sociedade, fazer a coleta de resíduos, perde-se a legitimidade,

Com a falta ou a coleta ineficiente realizada pela Prefeitura, a insatisfação da população com o serviço prestado e a falta de reconhecimento e respeito pelos carrinheiros por parte da sociedade e da Prefeitura, fizeram com que esses se organizassem em cooperativas, e buscassem seus direitos, pois se não houvessem

os serviços prestados pelos carrinheiros, provavelmente a cidade ficaria com um acúmulo excessivo de lixo nas ruas, ocasionando um verdadeiro caos para a sociedade que ali vive.

Neste contexto surge o que Beck (1997) nomeou de Explosividade Social do Perigo, neste caso específico dos carrinheiros, devido à incapacidade do Estado em lidar com a coleta, e pela falta ou pouco reconhecimento e respeito para com os carrinheiros, fazendo com que “a fina capa de tranqüilidade e normalidade seja constantemente quebrada pela realidade bem dura de perigos e ameaças inevitáveis” (GOLDBLATT, 1996, p.240), nesse caso o perigo é o acúmulo do lixo que ameaça toda uma sociedade. Mas a explosividade social do perigo não foi encontrada, quando entramos na questão da transformação política e cultural, a qual Beck (1997) se refere, que resultaria em transformações no Estado, na ciência e na burocracia.

Com a incapacidade da Prefeitura na coleta de resíduos recicláveis, deixando os cidadãos sem o serviço que ele paga, os carrinheiros acabam sendo legitimados como responsáveis pela coleta de resíduos recicláveis, como diz um dos carrinheiros entrevistados: “tem gente que liga pra mim, pra buscar o lixo deles, por que o caminhão da Prefeitura não passa”.

Na perspectiva de Beck (1997), a busca por uma nova política ou formalização da que informalmente já existe, pode ou deve ser algo a ser conquistado, tanto para sociedade como para o Poder Público e para os carrinheiros.

Essa “nova política” pode ou deve pautar-se em uma abertura da esfera privada das decisões econômicas ao debate e controle político, não apenas por parte do Estado, mas através das instituições da sociedade civil (Beck 1997, p.238), neste caso as Cooperativas de carrinheiros seriam uma das instituições da sociedade civil, juntamente com ações sociais que busquem auxiliar, respeitar e conhecer o papel que o carrinheiro tem, não só como um ator social, que ajuda na diminuição dos resíduos recicláveis em Curitiba, mas também como um cidadão com direitos e deveres.

Perguntado se considerava que seu trabalho é valorizado um dos carrinheiros respondeu: “Vixe! O pessoal não gosta da gente não”, através dessa fala conclui-se que se deve buscar a valorização desse trabalhador. Na fala de outro entrevistado: “tratar a gente com respeito e deixar a gente trabalhar”. Talvez assim esse relacionamento entre carrinheiros, Poder Público e sociedade fique um pouco

menos injusto.

Souza-Lima (1999, p. 39) define bem essa relação:

Esses "limpadores" informais da capital paranaense ajudam a manter a cidade sempre limpa, apesar de não ter nenhum registro profissional, direito a férias, fundo de garantia por tempo de serviço etc. Eles terminam colaborando com a construção do imaginário "ecológico", só que não pela porta da frente, mas pela porta dos fundos. São autênticos catalisadores sociais.

A Prefeitura deve "abrir a porta da frente" para esses atores sociais que buscam, entre outras coisas, respeito e dignidade o que, segundo a declaração dos Direitos Humanos, é um direito fundamental de todo o ser humano.

4.5 Análise da Entrevista do Representante do Poder Público Municipal

Apresenta-se a seguir a análise da entrevista realizada com Nelson Xavier Paez, diretor responsável pela gestão dos resíduos recicláveis em Curitiba, a respeito da sociedade do risco, no caso específico dos resíduos recicláveis.

As empresas produzem resíduos descartáveis, ou recicláveis, para serem consumidos pela sociedade, e conseqüente produção crônica de lixo, ocasionando uma degradação ambiental, por esse tipo de sociedade. Nesse contexto os carrinheiros trabalham como "coletores" desses resíduos, buscando sua sobrevivência. Na perspectiva de Leff (2001, p.19), isso se chama "externalidades do desenvolvimento", a exploração econômica da natureza, a degradação ambiental, a desigual distribuição social dos custos ecológicos e a marginalização social que persistem, com isso os riscos sócio-ambientais tendem a aumentar.

Segundo Xavier, "a Prefeitura, através de políticas sociais e ambientais, como eco-cidadão, está gerando renda e diminuindo o risco social e ambiental". Essa frase aproxima-se da noção de Irresponsabilidade Organizada citada por Beck (1997), "onde sistemas políticos e judiciais das sociedades de risco, intencional ou involuntariamente, tornam invisíveis as origens e conseqüências sociais dos perigos ecológicos em grande escala". Afirmar que os programas, como o eco-cidadão, diminuem o risco social e ambiental é tentar camuflar as origens e conseqüências desses riscos sócio-ambientais, por ser incapaz de enfrentá-los ou por puro desconhecimento, o que é improvável, tendo em vista as falas do Diretor "apesar do esforço da Prefeitura nos últimos anos, a implementação de políticas voltadas para o

'lixo que não é lixo', é um problema complexo". Sabendo dessa complexidade, a Prefeitura acaba entrando nessa Irresponsabilidade Organizada, não dando garantias de sua real capacidade para gerir este tipo de problema, justamente o que Beck (1997, p.216) cita em sua definição da queda do Estado segurança:

Os Estados podem tentar encobrir os estragos e voltarem a assumir o compromisso de proteção e segurança, mas são incapazes de fazê-lo, causando a deslegitimação do estado de segurança.

Essa tentativa de "encobrir" sua capacidade de enfrentar o problema fica nítida quando ao ser perguntado sobre o que a Prefeitura tem feito para a redução dos resíduos sólidos, em nenhum momento inclui os carrinheiros, responsáveis por cerca de 80% das coletas de resíduos recicláveis na cidade de Curitiba, sendo um dos motivos, ou o principal, que ajuda na diminuição desses resíduos.

No entanto, quando perguntado se os caminhões de coleta seletiva iriam substituir os carrinheiros na cidade de Curitiba, respondeu: "não, mesmo que quiséssemos é inviável, até por que historicamente os carrinheiros começaram a coleta de resíduos recicláveis na cidade, é uma questão de justiça social". Verifica-se na fala "mesmo que quiséssemos é inviável" o que um dos carrinheiros disse "é que nem dizem: ta ruim com a gente, sem fica pior, o pessoal tem que engolir a gente". Nesse sentido, observa-se não uma forma de incluir os carrinheiros como parte do sistema oficial da Prefeitura, mas sim pela falta de opção ou falta de capacidade na coleta de resíduos recicláveis, aturam os carrinheiros, pois na prática são os grandes responsáveis pela coleta de resíduos recicláveis na região central da Cidade de Curitiba, local de interesse da pesquisa.

Outra questão é a justiça social que, para a Prefeitura, deixar os carrinheiros trabalharem, ao invés de substituí-los por caminhões, é considerado justiça social. Reforçando o que Souza-Lima (1999, p.38) comenta: "parece ironia, mas é muito complicado falar em humanização catando papel". Os anseios dos carrinheiros estão além do trabalho que eles realizam; não querem ser substituídos por caminhões, querem como disseram "apoio da prefeitura".

Segundo Goldblatt (1996, p.248) o apoio da Prefeitura ou dos poderes instituídos para com os carrinheiros é:

um papel contínuo do Estado e às instituições paraestatais em moldes democráticos, e à sua aplicação no reconhecimento e diminuição do risco, mas considerá-las apenas um componente, e componentes subsidiários daquele, de um programa mais geral de mudança política e democratização.

A busca por parcerias com a sociedade civil é importante para o Estado, no caso dos carrinheiros, representados pelas cooperativas e a Prefeitura, parece ser um caminho adequado para que tanto os carrinheiros tenham melhores condições de vida, que vão além do simples direito ao trabalho, como da Prefeitura, que pode ter parceiros engajados na questão da diminuição dos resíduos recicláveis na região central de Curitiba, já que mesmo sem apoio ou com pequeno apoio os carrinheiros, na prática, já são os responsáveis por essa diminuição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta a percepção do risco socioambiental dos atores sociais envolvidos na coleta de resíduos recicláveis na região central de Curitiba, através de entrevistas com carrinheiros, sendo estas individuais e coletivas, também com, diretor responsável pela gestão dos resíduos recicláveis em Curitiba.

Nas falas desses atores sociais, tanto o carrinheiro quanto a Prefeitura, suas percepções do risco sócio ambientais são diferentes. O primeiro tem uma percepção sócioambiental, de sobrevivência, diferentemente da Prefeitura que demonstra a preocupação, tanto para o social como ambiental. O problema é ir além das propagandas e projetos. Prometem o que na prática não se vê, aquilo que Beck (1997) chama de Irresponsabilidade Organizada.

Os programas relacionados com resíduos recicláveis oferecidos pela Prefeitura de Curitiba, proporcionam um ótimo *marketing* para a Cidade, no entanto, a grande maioria está longe de ser aquilo que aparece nas propagandas, uma Irresponsabilidade totalmente Organizada, não contribuindo ou contribuindo pouco para a diminuição dos resíduos recicláveis na Cidade de Curitiba.

Nesse contexto os carrinheiros, na prática, responsáveis pela coleta de resíduos recicláveis na região central de Curitiba, local da pesquisa, recebem pouco apoio, em alguns casos nenhum, pela importância do trabalho que realizam para a Cidade e sua população.

Em contrapartida, os carrinheiros não se consideram responsáveis pela

poluição na cidade, ou quando admitem, amenizam dizendo que “podem até sujar um pouco, mas limpamos mais que sujamos”, reforçando o vínculo de risco identificado por Latour. Além disso, culpam outras pessoas pela poluição na cidade, verificando-se outro caso de Irresponsabilidade Organizada.

Não foram encontradas as mudanças políticas e sociais pregadas por Beck, o que se observou foram os carrinheiros, dentro do sistema vigente, buscando recursos financeiros para sobreviver. Quem sabe através das cooperativas possa haver um início de organização, mas tímido, tendo em vista a importância desses atores sociais para a cidade.

Por muito tempo a Prefeitura ficou sem investir na coleta de resíduos recicláveis em Curitiba, quando se observou o grande volume financeiro envolvido, e o caos que pode vir a ocorrer com o aumento de resíduos recicláveis na cidade, iniciou-se uma política para gerenciamento desses resíduos, mas já existiam pessoas que por falta de oportunidade, tiveram na coleta como seu meio de sobrevivência, os carrinheiros. Assim o conflito existente entre os carrinheiros, aqueles que não são cadastrados pela Prefeitura, a grande maioria, com a própria Prefeitura toma grandes dimensões. Os carrinheiros buscam se organizar através de cooperativas, que tentam representá-los, mas sofrem com o que os carrinheiros dizem “em falta de apoio por parte da Prefeitura”. Esse apoio pode ser através de um trabalho de valorização dos carrinheiros, e maior reconhecimento.

Nesse sentido, a Educação Ambiental ou Educação Socioambiental, torna-se um instrumento importante para ajudar a diminuir esse quadro de desvalorização que sofrem os carrinheiros, e para a Prefeitura, que poderá aproveitar profissionais mais qualificados, com sentimento de pertencimento de ser um carrinheiro.

É extremamente difícil falar em valorização quando se está coletando resíduos recicláveis nas ruas, mas para seres humanos, que estão à margem da sociedade, o fato de terem direitos trabalhistas e salários dignos, já é motivo de orgulho e valorização, não é o ideal, mas pode vir a ser o começo.

O interesse pela pesquisa nasceu de conversas informais com carrinheiros, quando “senti” que, através da monografia e relacionando com as teorias estudadas, poderia entender melhor a percepção dos carrinheiros sobre o risco sócio-ambiental.

Antes da entrevista, idealizava certo pensamento sobre como poderia fazer algumas perguntas, não obtive êxito nas respostas, foi aí que desconstruí todo o pensamento que antes tinha sobre os carrinheiros, aliás, muito superficial. Através

das entrevistas com esses atores sociais, aos poucos, fui construindo um novo entendimento fundido com as teorias de Beck, Giddens entre outros.

Esse “novo entendimento” trocou os “frágeis” carrinheiros por pessoas que estavam ali para trabalhar, através de coletas de resíduos descartáveis, sobreviver, não com a dignidade e respeito pregado pelos Direitos Humanos, como eles mesmos dizem quando perguntados se as pessoas valorizam seu trabalho: “antes não era, hoje melhora, mais ainda muita gente não gosta dos catadores”. A mudança citada pelos carrinheiros está relacionada aos pagamentos pelos resíduos que “ora aumenta, ora diminui”, ou por um simples “bom dia” oferecido pelas pessoas que passam por eles que às vezes “parecem que ninguém vê a gente, somos invisíveis”. Entrevistando-os, ficou clara a baixa auto-estima para com o serviço de carrinheiro, apesar de que é quase inviável falar em auto-estima, coletando resíduos recicláveis, a grande maioria está “carrinheiro”, não são “carrinheiros”, grande parte dessa negação é devido à desvalorização social do serviço.

Na primeira vez que conversei com os carrinheiros, eram 6, expliquei a eles que entrevistaria alguns representantes dos carrinheiros e se eles gostariam de ser entrevistados. Muitos perguntaram se iriam aparecer na tv ou ganhar algum dinheiro pela entrevista, disse que não teria nenhum benefício financeiro, mas que gostaria de “dar voz” a eles sobre como é ser um carrinheiro, suas angústias, seus desejos e frustrações. Logo um dos carrinheiros, José, me indagou dizendo “então pode deixar que vou, tenho muitas coisas pra dizer”. Ressalta-se que esta conversa aconteceu antes das entrevistas, para conhecê-los e deixá-los à vontade.

As entrevistas aconteceram em um dos parques de reciclagem, próximo ao Jardim Botânico, onde foi cedida uma sala para que as entrevistas acontecessem. Foram individuais, talvez por esse motivo os entrevistados ficaram nervosos, e não conseguiram se expressar como na conversa informal. Entrevistei todos individualmente, percebi que as perguntas que fiz estavam muito objetivas, então resolvi mudar de tática. Perguntei-lhes sobre o que os fazem felizes e tristes, deixei-os falar, e dessa maneira pude extrair o que antes não havia conseguido com perguntas objetivas, buscando o que interessa para a pesquisa. Pelas respostas dos carrinheiros, ficou nítido que querem trabalhar, mas também ficou claro que precisa de ajuda, qualificação, orientação, talvez buscando uma identidade de “ser carrinheiro”, o que não foi encontrado na pesquisa, muito pelo contrário, negavam ser trabalhadores que coletam resíduos pela cidade (carrinheiros) ou que aquela

profissão seria temporária, assumir uma postura de protagonista pode ajudá-los.

O descarte de material coletado, pelos carrinheiros, também merece atenção, tendo em vista que alguns carrinheiros descartam “o que não interessa” em rios, ruas etc, Além disso, armazenam em locais que podem provocar doenças e aumentar o impacto ambiental, o cuidado deve existir para não fazerem parte dos objetos com vínculo de risco citado por Latour (2004).

Perguntados se também eram responsáveis pela poluição na cidade, os carrinheiros, de certo modo sentiram-se ofendidos com minha pergunta, alguns davam risadas e fizeram sinal de negativo com a cabeça, e quase todos foram unânimes em dizer que “podem até sujar, mais limpam mais que sujam”. Influenciados pela mídia, muitos sabiam que eram importantes para a cidade e sem eles a cidade ficaria suja, mas ao mesmo tempo, não conheciam ou pouco conhecia os meios para legitimar essa importância.

Na pesquisa fica a lição de que não é aconselhável ir com conceitos pré-estabelecidos ou idealizar formas de entrevistas, ou seja, quanto maior for à espontaneidade das entrevistas, sem influências, maior as chances de conseguir o êxito.

Então, a resposta encontrada, em relação a pergunta que iluminou a pesquisa, foi de que a percepção socioambiental dos carrinheiros distanciou-se da percepção socioambiental do poder público, pois enquanto o poder público demonstra sua preocupação com os resíduos, utilizando propagandas e *slogans* para legitimar sua eficiência, os carrinheiros, em seu cotidiano, vivem situações contrárias ao pregada pela Administração Pública Municipal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. C. **Empresas jornalísticas, práticas corporativas e temas que emergem da sociedade de risco**. 2008. p.200. Dissertação (Mestrado em Organização e Desenvolvimento) UNIFAE – Centro Universitário Franciscano, Curitiba, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 10.004. Resíduos Sólidos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1987,p. 308-317.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In:

- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 209-233.
- BORTOLI, M. A. *Catadores de Materiais recicláveis: A construção de novos sujeitos políticos*. Revista Katálysis. Florianópolis-SC, 2009.
- BOSI, A. P. *A organização capitalista do trabalho "Informal": O caso dos catadores de recicláveis*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, São Paulo, 2008.
- CARMO, S. *A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis-considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro*. **Revista Cadernos ABAPE-BR**, v. 7, n. 4, Rio de Janeiro, 2009.
- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CAVALCANTE, C. **Desenvolvimento e Natureza: Estudo para uma Sociedade Sustentável**. Recife: Cortez, 2003, p.153-171.
- CEMPRE — Compromisso Empresarial para Reciclagem. **Papel ondulado: o mercado para reciclagem**. 2000. São Paulo. Disponível em no site <<http://cempre.org.br>> Acesso em 16/05/2010.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Avaliação das políticas públicas municipais de Curitiba 2004-2009**, p. 138-151. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=7307>>. Acesso em 03/ 4/2010.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Curitiba na prática**. Curitiba: IPPUC, 2002, p. 72-86.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Gestão Ambiental**. Curitiba: SMMA, 2006, p. 74-90.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Consórcio Intermunicipal para a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Servicos/comunicacao/Protocolo%20de%20intenções%20aprovado%20em%2020-04.pdf>>. Acesso em: 22/04/2010.
- FLORIANI, D.; KNECHTEL, M. R. **Educação Ambiental: Epistemologia e Metodologias**. Curitiba: Vicentina, 2003, p.96-97.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLDBLATT, D. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget. 1996, p.227-267.
- LATOURETTE, B. **Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia**. Bauru: Edusc, 2004, p.39-53.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis: Vozes, 2001, p.15-31.

MORIN, E. **O método I: A Natureza da Natureza.** Porto Alegre: Meridional, 2005, p.21-39.

OLIVEIRA, L. Ainda sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia. In: KOZEL, S. MENDONÇA, F. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Editora UFPR, 2004. p.189-196.

PARANÁ. **Paraná em Ação.** Curitiba. Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/catasg/catalogo.php?servico=180&id=e>. Acesso em: 10/06/2010.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA-LIMA, J. E. O Preço da Fama: A Construção do Imaginário Ecológico de Curitiba na Imprensa Escrita-1985 e 1993. **Revista FAE**, v. 2, n. 1. Curitiba, 1999, p.31-41.

VELLOSO, M. P. Os catadores de lixo e o Processo de amancipação social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10 Supl. Rio de Janeiro,2005.